



Índice

- 01 Ruralistas convocam Guido Mantega e pressionam Planalto sobre terras indígenas
- 02 Aprovadas em comissão novas regras para demarcação de terras indígenas
- 03 ONG denuncia taxas alarmantes de suicídio entre índios guaranis
- 04 Mais de 300 índios invadem fazenda próximo a Miranda
- 05 Índios denunciam que fazendeiros dispararam tiros na madrugada de hoje na áreas invadidas
- 06 Governo decide descentralizar processo de demarcação de terras indígenas
- 07 Novo secretário do Índio toma posse sem presença de indígenas
- 08 MS registra 68ª propriedade invadida por indígenas
- 09 Após morte de adolescente indígena, ONG publica documento pedindo por 'demarcações urgentes'
- 10 A quem interessa a PEC 215?
- 11 A falta de uma política de atenção à saúde indígena: uma realidade inaceitável!
- 12 Após temporal, famílias indígenas tentam recuperar estragos em Redentora
- 13 Henrique Alves busca consenso sobre demarcação de terras indígenas



Ruralistas convocam Guido Mantega e pressionam Planalto sobre terras indígenas
SÍTIO VERDES MARES, 09.10.2013

Discussão de um novo modelo para a demarcação de terras

Em mais uma ofensiva para pressionar o governo pela discussão de um novo modelo para a demarcação de terras indígenas, a bancada ruralista se movimentou nesta quarta-feira (9) e aprovou a convocação do ministro Guido Mantega (Fazenda) para dar explicações ao Congresso.

A convocação aprovada pela Comissão de Agricultura da Câmara é para falar sobre a cadeia produtiva de leite, mas, nos bastidores, integrantes da bancada ruralista admitem que a medida foi adotada também para incomodar o Planalto. Na convocação, o ministro é obrigado a comparecer ao Congresso.

Autor do requerimento, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) explicou que a convocação é uma resposta às recusas do secretário da Receita, Carlos Alberto Freitas Barreto, em comparecer ao Congresso para prestar esclarecimentos sobre o setor lácteo. Como o secretário não pode ser convocado pelo Congresso, os ruralistas decidiram chamar Mantega.

Ruralistas querem reabrir as discussões

Os ruralistas querem reabrir as discussões sobre uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que repassa do Executivo para o Legislativo o sistema de demarcação de terras indígenas. A proposta seria discutida por uma comissão especial da Câmara, mas depois dos protestos de índios na semana passada, o debate ficou suspenso.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), convocou uma reunião para a tarde de quarta com o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça), a AGU (Advocacia-Geral da União), procurador-geral, Rodrigo Janot, para discutir a situação.

Atualmente, a demarcação é feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai), antes da palavra final do Planalto. Os ruralistas querem tirar os poderes da fundação por acusá-la de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores.

Os indígenas também estão descontentes com o órgão e reclamam da demora nos processos de demarcação. Planalto é contra a PEC e trabalha para evitar que esse debate ganhe força no Congresso, diante do peso da bancada ruralista, que pode impor derrotas ao governo em votações.



Aprovadas em comissão novas regras para demarcação de terras indígenas

SITIO AGÊNCIA SENADO, 09.10.2013

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, nesta quarta-feira (9), novas regras para a demarcação de terras indígenas. As mudanças integram o Projeto de Lei do Senado (PLS) 417/2011, do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), e ainda vão ser analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta exige a realização de estudos antropológicos, etno-históricos, sociológicos, jurídicos, cartográficos, ambientais, além de levantamento fundiário especializado que atestem a efetiva condição indígena da comunidade interessada e o caráter tradicional da ocupação.

Para Bauer, o reconhecimento de terras indígenas é uma das conquistas imprescindíveis para a manutenção da distinção étnica das comunidades que habitam o país desde a era pré-colombiana. Segundo ele, a iniciativa tem o propósito de evitar que os direitos dos nativos sejam usurpados por não índios, ou por pessoas que, embora tenham ascendência, já há muito se distanciaram dos modos de vida indígena.

Em seu parecer favorável, o relator, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), observa que o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e a Portaria do Ministério da Justiça nº 14, de 9 de janeiro de 1996, já regulamentam esses processos demarcatórios. O mérito da medida segundo o parlamentar é conferir maior estabilidade a esses atos infr legais.

Ele incluiu no projeto, e teve aprovada, emenda para fixar a data da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988, como referência para as demarcações de terras indígenas.

“É certo que a Constituição utiliza o tempo presente ao referir-se às terras que os indígenas tradicionalmente ocupam. Contudo, há terras que já foram ocupadas, mas deixaram de ser. Da mesma forma, há terras que não eram ocupadas, mas passaram a ser, por ampliação de terras já existentes ou por fixação geográfica mais recente de agrupamentos indígenas, tanto sedentários como também nômades”, argumenta no relatório.

- Não podemos eternizar discussões inférteis sobre o passado remoto e a história da colonização do território brasileiro. Tal medida contribuirá bastante para que os processos demarcatórios possam chegar a termo, seja mediante o reconhecimento da ocupação tradicional ou a aquisição de terras para assentamento de comunidades indígenas, conforme o caso - afirmou Gurgacz

O PLS 417/11 foi aprovado pela CCJ no momento em que índios em todo o Brasil protestam contra a Proposta de Emenda à Constituição (215/2000), que transfere ao Congresso Nacional o poder de demarcação de seus territórios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2013

Brasília, 10 de outubro de 2013.

Ministério Público do Trabalho

Na reunião desta quarta-feira, a CCJ aprovou também parecer favorável ao PLC 53/13, da Procuradoria-Geral da República, que cria 32 cargos e 36 funções no Ministério Público do Trabalho (MPT).

Na avaliação do relator, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a proposta é adequada, uma vez que o volume de processos na Justiça do Trabalho aumentou, especialmente após a aprovação da reforma do Poder Judiciário, que exigiu, entre outros aspectos, a celeridade processual (EC 45/2004). A necessidade de mais servidores, ressaltou o relator, também se deve à produtividade do Tribunal Superior do Trabalho, que atua ao lado do Ministério Público do Trabalho.

O PLC 53/13 vai agora ao Plenário, em regime de urgência.
Da Redação
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



ONG denuncia taxas alarmantes de suicídio entre índios guaranis

SÍTIO BOL, 09.10.2013

A organização sem fins lucrativos Survival International, que defende os direitos dos povos indígenas ao redor do mundo, alertou nesta quarta-feira para taxas de suicídio alarmantes na pequena tribo guarani do Brasil.

"A tribo enfrenta uma taxa de suicídio pelo menos 34 vezes a média nacional devido à perda de suas terras ancestrais e a ataques constantes de homens armados", denunciou a organização sediada em Londres em um comunicado.

Os índios guaranis, cuja população total no Brasil é estimada em 46.000, têm tentado recuperar uma pequena parte de seus territórios originais, mas enfrentam a resistência violenta de fazendeiros ricos, bem como de proprietários de cultivos de soja e cana-de-açúcar.

No comunicado, a Survival destacou que, em média, ao menos um guarani cometeu suicídio por semana desde o começo deste século.

O grupo citou dados do Ministério da Saúde, segundo os quais 56 índios desta tribo cometeram suicídio no ano passado, embora tenha acrescentado que os números reais provavelmente são maiores devido à sub-notificação.

"A maioria das vítimas tem entre 15 e 29 anos, mas a vítima mais jovem tinha apenas 9 anos", destacou a organização.

"Os guaranis estão cometendo suicídio porque não têm terra. Não temos mais espaço", afirmou o índio guarani Rosalino Ortiz, citado no comunicado.

"No passado, éramos livres. Agora não somos mais livres", prosseguiu.

"A demarcação da terra guarani deveria ter sido concluída muitos anos atrás, mas o processo está paralisado", informou a Survival.

A ONG pediu ao governo brasileiro que "demarque as terras guaranis em regime de urgência" e pressionou a gigante americana do agronegócio Bunge e outras companhias "a parar de comprar cana-de-açúcar de terras guaranis".

Ativistas da causa indígena protestaram semana passada em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, contra uma reforma constitucional que estabelece a transferência do Executivo para o Legislativo da autoridade para aprovar e demarcar terras indígenas e unidades de conservação ambiental.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2013

Brasília, 10 de outubro de 2013.

Mais de 300 índios invadem fazenda próximo a Miranda

SÍTIO RONDA DO MS, 09.10.2013

Cerca de 300 índios da etnia terena, da aldeia Moreira, invadiram no início da manhã de hoje (9), por volta das 5 horas, a fazenda Trator Mil de 3,2 mil hectares, próximo ao município de Miranda. O grupo exige que as demarcações de terra, que já tiveram início, sejam concluídas.

Uma equipe da Funai (Fundação nacional do índio) chegou a pouco na fazenda para acompanhar as reivindicações indígenas.

Além da propriedade ocupada nesta terça-feira, os índios já planejam invadir uma área de 7,2 mil hectares, onde estão pelo menos cinco propriedades rurais. Os índios alegam que as duas áreas -somadas totalizam 10,4 mil hectares- são terras indígenas.

“Se não for definido logo a demarcação, nós vamos ocupar a outra área que fica do outro lado da rodovia”, explicou o indígena Paulino Terena.

Na área de mais de 7 mil hectares está localizada a fazenda Jambeira, do ex-governador do Estado Pedro Pedrossian.

Segundo Paulino, Pedrossian teria levado para a fazenda Jambeira o gado e os equipamentos de outra propriedade invadida pelos índios da aldeia Cachoeirinha na semana passada.

“Terminar os estudos é bom para os índios e bom para os agricultores”, segundo Paulino.

Campo Grande News



Índios denunciam que fazendeiros dispararam tiros na madrugada de hoje na áreas invadidas

SÍTIO TRIBUNA MS, 10.10.2013

Um desfecho que já era previsível. O confronto entre índios invasores da fazenda Trator Mil e o grupo de fazendeiros, foi registrado na madrugada desta quinta-feira (10), no município de Miranda, aonde um grupo de aproximadamente 300 silvícolas invadiram a referida propriedade nesta quarta-feira (9).

A alegação feita pelos índios é quanto a demora por parte da justiça para concluir a demarcação na área que eles alegam ser deles e para piorar a situação, o grupo anuncia a invasão em uma área localizada no outro lado da BR- 262, onde eles estão ocupando. Contra essa anunciada invasão, os produtores rurais afirmaram que resistirão à mesma e alegam que a justiça está sendo complacente com os índios uma vez que até o momento ainda não foram retirados da área invadida.

Relato feito pelo cacique Ediberto Antonio Terena, 15 veículos teriam chegado à fazenda invadida por volta da 1 hora dessa quinta-feira (10) e dispararam vários tiros, que teriam sido disparados pelos produtores rurais. Com os estampidos, a decisão dos índios invasores, foi a de esconder. Na ação, ninguém ficou ferido.

Por: Gilson Giordano



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2013

Brasília, 10 de outubro de 2013.

Governo decide descentralizar processo de demarcação de terras indígenas

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 09.10.2013

O governo decidiu tirar da Funai (Fundação Nacional dos Índios) parte da responsabilidade pelo processo de demarcação de terras indígenas. Sem dar detalhes, o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) anunciou nesta quarta-feira (9) que vai publicar, em 15 dias, uma portaria com novas regras para a definição dessas áreas.

"Nossa portaria vai buscar dar mais transparência ao processo demarcatório, não irá retirar protagonismo da Funai, mas trará para o ministro da Justiça a possibilidade de tomar decisões mais amparadas em estudo técnico e medidas para que se evite o conflito", disse o ministro após reunião com deputados.

Atualmente, a demarcação é feita pela Funai, antes da palavra final do Planalto. A atuação do órgão é questionada tanto por ruralistas como por indígenas que protagonizam diversos embates nos últimos meses.

Os ruralistas querem tirar os poderes da fundação por acusá-la de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores. Os indígenas também estão descontentes com o órgão e reclamam da demora nos processos de demarcação.



Novo secretário do Índio toma posse sem presença de indígenas

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 09.10.2013

SHENEVILLE ARAÚJO

Depois do rompimento do ex-vereador Telmário Mota (PDT) com o governador Anchieta Júnior (PSDB), a consequência foi a saída dos indicados dele da estrutura do Governo do Estado, a exemplo da Secretaria do Índio, antes comandada por Hipérion Oliveira. A pasta desde ontem está sendo dirigida por Chico Roberto, ex-prefeito de Pacaraima.

Anchieta disse que Hipérion Oliveira teria deixado a secretaria por “questões profissionais” e que na Aferr (Agência de Fomento de Roraima), que tinha como titular Raimundo Mota, outra indicação do ex-vereador, o novo diretor-presidente deverá ser definido até o final desta semana.

O novo secretário do Índio, Chico Roberto, informou que depois de tomar conhecimento de toda a situação da secretaria, projetos desenvolvidos, estrutura e verba disponível, deverá verificar o que é possível dar continuidade e que novas ações serão desenvolvidas. Mas, além disso, ele pretende procurar os órgãos federais que tratam da questão indígena para atuar em parceria nesse setor.

“Depois de tomar pé da situação da secretaria, vou procurar a Sesai [Secretaria de Saúde do Índio], Funai [Fundação Nacional do Índio], MPF [Ministério Público Federal] e todos os órgãos que tratem da questão indígena para atuarmos em sintonia e parceria. Acho que as questões políticas partidárias ficam para o momento das eleições. O momento é de trabalhar”, declarou.

Ele disse ainda que tem a intenção de trabalhar de maneira participativa, ouvindo cada comunidade antes de dar início às ações. “Fiz isso quando era prefeito e acho que essa é uma maneira de não errar, ouvindo as necessidades das comunidades e decidindo junto com elas o que fazer para saber de problemas e desenvolver projetos”, declarou, informando que uma das ações que já trouxe como proposta a ser debatida é a da internet, que considera ser necessária ser instalada em todas as localidades indígenas, visto que se trata de um serviço atualmente necessário a todas as populações.

Mesmo indo ouvir as comunidades indígenas sobre as demandas que pretendem encaminhar, por meio da Secretaria do Índio, Roberto adiantou que pretende ter como carro-chefe do órgão a agricultura indígena, pois acredita na produção de alimentos como alternativa para o desenvolvimento das comunidades.

“O objetivo é que as comunidades produzam alimentos, pois mesmo que não consumam nada, tem a alternativa de vender o que foi produzido e, para isso, vamos tentar trabalhar também em parceria para que as estradas e vicinais estejam em boas condições, a fim de viabilizar o escoamento da produção da Agricultura Indígena”, explicou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2013

Brasília, 10 de outubro de 2013.

Ele garantiu que nessa área de agricultura indígena pretende aproveitar os técnicos agrícolas que saíram das comunidades em busca de conhecimento e se formaram, a fim de empregar essas técnicas aprendidas nas localidades de onde saíram. "Temos vários técnicos agrícolas e agrônomos indígenas, e quero aproveitar esse pessoal. Não significa que só trabalharemos com indígenas, mas um técnico que nasceu e se criou dentro da comunidade tem conhecimentos próprios da região e buscaremos aproveitar esse conhecimento dele, pois eles sabem mais do que as comunidades precisam", declarou.

MS registra 68ª propriedade invadida por indígenas
SÍTIO FAMASUL, 09.10.2013



Na manhã desta quarta-feira (09), um grupo de aproximadamente 30 indígenas da etnia Terena invadiu a chácara Boa Esperança, localizada no Km 559 da BR 262, em Miranda (MS). No local, funciona a empresa Trator Mil, especializada em comercialização de tratores e maquinários agrícolas, de propriedade de Ernesto Milani.

De acordo com o empresário, os indígenas pertencem à aldeia Moreira, vizinha da propriedade de 12 hectares e entraram na fazenda às 5h, onde estava apenas o caseiro. Apesar de empunharem armas brancas, os invasores não fizeram uso de violência. "Eles reivindicam terra, querem a propriedade e pediram a imprensa e a Funai lá", relatou.

O filho do empresário, Fernando Milani, afirma que o relacionamento com os indígenas sempre foi pacífico e está sendo mantido o diálogo. "Nossa propriedade não é território indígena e eles sempre respeitaram. Creio que o fato da proximidade da aldeia fez com que eles tenham decidido invadir, mas esta é a primeira vez que temos algum tipo de problema com eles", detalhou Milani.

No local, segundo os proprietários, há muitas peças de maquinários agrícolas, tratores, uma lancha, documentos e a residência do caseiro. A polícia já foi acionada. "Queremos agir de maneira pacífica, através do diálogo, para resolver essa situação sem problemas", ressalta Ernesto Milani.

Esta é a 68ª propriedade invadida em Mato Grosso do Sul, segundo os dados da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul). No último dia 30 de setembro, produtores

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2013

Brasília, 10 de outubro de 2013.

rurais se reuniram na sede da entidade para manifestar a insatisfação com a falta de resposta por parte do Governo Federal em buscar uma solução para o conflito de terras no Estado. Durante a reunião, o presidente da Famasul, Eduardo Riedel destacou a urgência em solucionar a questão indígena. "Esse vácuo de poder, vindo do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, coloca em risco a democracia e a Justiça brasileira. O problema indígena é social e não fundiário, com a falta de médicos e de assistência ", avaliou Riedel.

Fonte: Assessoria de Imprensa Sistema Famasul



Após morte de adolescente indígena, ONG publica documento pedindo por 'demarcações urgentes'

SÍTIO DOURADOS NEWS, 09.10.2013

Da Redação

Após mais um suicídio cometido por indígena, desta vez envolvendo uma adolescente de 16 anos, na Aldeia Bororó em Dourados, a ONG (Organização Não Governamental) Survival International, divulgou material pedindo urgência por parte do governo brasileiro nas demarcações de terras indígenas.

Segundo a organização - que também remete o fato ao Dia Mundial da Saúde Mental, comemorado amanhã (10) -, este seria o principal motivo para os constantes casos envolvendo os índios.

'Devido à perda de suas terras ancestrais e constantes ataques de pistoleiros, os Guaraní enfrentam uma taxa de suicídio de, ao menos, 34 vezes a média nacional', diz a nota.

Ainda conforme o relato de um índio identificado como Rosalino Ortiz à publicação da ONG, 'eles estão se suicidando por falta da terra (...) a falta de liberdade dos povos (...) eles se sentam e pensam muito, se perdem e se suicidam'.

Outro ponto citado pelo documento, afirma que 'os indígenas são forçados a viver em condições perigosas e muito precárias às margens de rodovias ou em reservas superpovoadas. Estão enfrentando desnutrição, péssimas condições sanitárias e alcoolismo'.

Dados do Ministério da Saúde apontam que 56 indígenas da etnia cometeram suicídio em 2012, porém, a Survival acredita que esse número é maior, devido aos casos possivelmente não reportados.



A quem interessa a PEC 215?

SÍTIO CEDEFES, 09.10.2013

No último dia 5 de outubro de 1988 foi promulgada a atual Constituição Federal. Em 88, durante a Assembleia Nacional Constituinte, graças às mobilizações e protestos que os povos indígenas realizaram no Congresso Nacional, hoje temos nossos direitos reconhecidos e garantidos nos Art. 231 e 232 da CF-Constituição Federal. Passados exatos 25 anos da promulgação da CF-Constituição Federal e continuamos mobilizados protestando em Brasília (DF), desta vez contra a Proposta de Emenda à Constituição ou PEC 215 que propõe alterar o Art. 231 da CF e transferir a competência de demarcar terras indígenas do Poder Executivo ao Poder Legislativo. Na prática isso significa um Congresso Nacional, dominado por um grupo de fazendeiros gananciosos e politicamente organizados reivindicando (e transferindo) para si próprio a prerrogativa de demarcar terras indígenas.

Lamentavelmente estamos sendo vítimas dessa campanha vergonhosa, preconceituosa e racista, perpetrada por ruralistas e evangélicos, que nos últimos anos passaram a fazer perseguições e ataques violentos contra nossos direitos constitucionais. O objetivo desses ataques à Constituição Federal é dificultar e inviabilizar totalmente as regularizações das terras indígenas e quilombolas, que estão em processo de reconhecimento e demarcação. Nesse sentido, nos últimos anos, alguns parlamentares ligados à bancada ruralista- especialmente a senadora Kátia Abreu do PMDB-TO- de forma perversa e irresponsável, tem usado a tribuna do senado e a imprensa para atacar também a FUNAI, o CIMI e o MPF.

Argumentando que o agronegócio é responsável pelo aumento do PIB, alegando o direito à propriedade e fazendo uma cega defesa do lucro e da acumulação, a Senadora Kátia Abreu, que também é presidente da CNA, se acha no direito de promover e pregar o ódio; incitando a violência nas áreas de conflitos, jogando a opinião pública contra as comunidades indígenas e quilombolas. Dessa forma temos verificado o acirramento dos confrontos entre índios, fazendeiros e policiais, tendo como resultados o aumento dos assassinatos, espancamentos, invasões de territórios, prisões e ordem de despejo em favor dos fazendeiros e empresas. Tudo isso com conivência do Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Por essas razões agora em outubro de 2013, mês em que CF completa 25 anos, estamos mobilizados pela defesa, zelo e o cumprimento da Constituição Federal de 88; também conhecida como Carta Magna do Brasil, clamando que ela seja aplicada em defesa dos direitos das minorias étnicas das comunidades indígenas e quilombolas. Assim De Norte a sul do País estamos mobilizados nas aldeias e nas cidades protestando, pedindo a anulação e arquivamento de todas as medidas e propostas legislativas contrárias à nossos direitos. Bem como continuaremos mobilizados denunciando as invasões de nossos territórios pelas empresas madeireiras, mineradoras, hidrelétricas e do agronegócio. E estamos manifestando também pela melhoria da qualidade da saúde, educação e segurança alimentar. Não vamos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2013

Brasília, 10 de outubro de 2013.

abrir mão de lutar e manifestar pelo bem comum e o direito à vida das presentes e futuras gerações. Especialmente pelo sagrado direito de viver em Paz.

Terra Indígena Apinajé, outubro de 2013.

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Fonte: Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ



A falta de uma política de atenção à saúde indígena: uma realidade inaceitável!
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 09.10.2013

Roberto Antonio Liebgott, Cimi Regional Sul Equipe Porto Alegre

Os povos indígenas no Brasil acompanham à distância os preparativos da V Conferência Nacional de Saúde Indígena. Digo a distância porque as conferências locais, que deveriam se constituir em espaços primordiais de debates, avaliações e definições de propostas a serem encaminhadas para a etapa nacional, acontecem sem a efetiva participação das comunidades e de suas lideranças. Aliás, na maioria das regiões do país, as etapas locais vêm sendo realizadas longe das aldeias, geralmente em hotéis ou sedes da FUNASA/SESAI, como ocorreu no Rio Grande do Sul por ocasião da conferência local do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI – Litoral Sul.

Os lugares das reuniões, quando geograficamente distantes das comunidades, geralmente são espaços impróprios pela sua artificialidade, uma vez que em nada lembram as realidades onde vivem os povos indígenas. As comunidades, em sua maioria, estão submetidas a condições inadequadas de sobrevivência pela ausência de saneamento básico, assistência médica, de ações preventivas que poderiam impedir as mortes de crianças por viroses ou doenças relacionadas a verminoses (parasitoses), como ocorre atualmente.

O fato de as etapas locais da V Conferência Nacional de Saúde Indígena ocorrerem distante das aldeias é ainda mais grave porque impede que aquelas pessoas, as que vivenciam cotidianamente os graves problemas decorrentes da desassistência, participem das discussões, avaliações e apresentem suas críticas e propostas.

Há, ao que parece, certo temor dos gestores públicos em se aproximar das comunidades indígenas. Talvez seja o medo de se depararem com a inegável realidade de fome, com a escassez de água potável, com a disseminação de doenças, especialmente em comunidades situadas no Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul.

Para exemplificar essa triste realidade, pode-se recorrer às informações divulgadas pelo DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul, relativas ao período compreendido entre 2010 e 2012. Naquele estado, 118 crianças morreram ao nascer, outras 208 crianças foram a óbito antes de completar o primeiro ano de vida e 87 morreram antes dos cinco anos.

Esses números correspondem a índices muito superiores aos verificados na média nacional, que são de 23 mortes para cada mil nascidos. Lideranças indígenas do Conselho da Aty Guasu denunciam que a mortalidade infantil está inserida no contexto de uma política de Estado, que promove o genocídio silencioso dos povos Guarani e Kaiowá.

Os dados orçamentários do DSEI/MS corroboram com este argumento, pois apontam que, dos 60 milhões de reais disponibilizados em 2012 para a saúde indígena em Mato Grosso do Sul,
CONT.



90% foram destinados ao pagamento de RHs (Recursos Humanos). Ou seja, a maior parte deste montante de dinheiro é direcionada para pagamento dos profissionais de saúde, e apenas 10% é reservado para a compra de medicamentos, equipamentos, assistência efetiva e continuada nas áreas indígenas, formação dos agentes de saúde, bem como para a implementação de ações e serviços voltados à prevenção das doenças.

Em âmbito nacional, os dados do Ministério do Planejamento denunciam que a execução orçamentária nas ações em saúde indígena, durante o ano de 2012, foi deplorável. Na rubrica Saneamento Básico foram previstos R\$ 67.986.192 e gastos somente R\$ 86.403,00, um percentual irrisório de 0,13%. Na ação de Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena, dos R\$ 26.650,00 previstos, apenas R\$ 2.318.188, foram executados, o que corresponde a 8,7%. Também na rubrica Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena, os recursos orçamentários destinados, na ordem de R\$ 708.000.000, não foram totalmente liquidados, restando, de seu montante, 15%, o que corresponde a R\$ 102.563.699,00, recursos que poderiam ter sido utilizados para ações de combate a mortalidade infantil, por exemplo.

A situação não parece ser diferente no ano em curso. Em 2013, os dados da execução orçamentária disponibilizados pelo Programa Siga Brasil do Senado Federal revelam que, de janeiro a setembro, a rubrica Saneamento Básico não executou um único centavo dos R\$ 59.400.000 autorizados. Nas demais rubricas os dados orçamentários revelam a inoperância da Secretaria Especial de Saúde Indígena e nos dão a dimensão da nefasta negligência dos gestores da política de atenção à saúde dos povos indígenas. Os dados revelam que, transcorridos nove meses, o governo utilizou apenas R\$ 1.983.003 dos R\$ 40.000.000 destinados a Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena. Na rubrica Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena foram executados R\$ 540.563.372 dos R\$ 838.000.000, um pouco mais de 60%.

Quando os gestores da política de Atenção à Saúde Indígena enchem a boca ao falar que há dinheiro para a atenção em saúde, deveríamos denunciá-los pelo mau uso deste dinheiro e por atentarem contra a vida, não apenas de indivíduos isoladamente, mas de comunidades e povos, pois não investem os recursos em ações fundamentais, especialmente em saneamento básico, uma das mais recorrentes demandas apresentadas pelas comunidades. Sem saneamento básico não há possibilidade de que as demais ações e serviços em saúde, a exemplo da prevenção das endemias, tenham qualquer possibilidade de êxito.

Os dados orçamentários são reveladores de que a política de atenção à saúde das populações indígenas é ineficiente, inaceitável e pode ser caracterizada como criminosa uma vez que, por causa dela, centenas de crianças morrem a cada ano. Os dados da mortalidade infantil registrados em Mato Grosso do Sul são alarmantes e configuram, como alertaram as lideranças indígenas do Conselho da Aty Guasu, um lento e doloroso processo de genocídio. E infelizmente não se trata de uma realidade isolada, e sim de uma grave situação que atinge diversos povos indígenas na atualidade.

O Ministério Público Federal, ao tomar conhecimento dos dados orçamentários, de sua pífia execução e das informações de que crianças morrem pela ineficiência ou omissão dos gestores

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2013

Brasília, 10 de outubro de 2013.

públicos, pode abrir uma ampla investigação para apurar as denúncias e, sendo estas comprovadas, exigir que tais gestores sejam exonerados de seus cargos e, se for o caso, processados e condenados.

Num país em que vidas de crianças indígenas valem menos do que um boi no pasto, somente medidas exemplares trarão esperanças de que os direitos humanos podem prevalecer sobre interesses políticos, econômicos e mercantis.

categorias

Após temporal, famílias indígenas tentam recuperar estragos em Redentora
SÍTIO RÁDIO ALTO URUGUAI, 09.10.2013



Cerca de 50 famílias indígenas da Região Celeiro ainda não conseguiram consertar as casas danificadas pelo temporal que atingiu o local na semana passada. O vento e o granizo arrancaram telhas e derrubaram paredes no município de Redentora. As residências mais afetadas foram as de alvenaria.

Como não têm seguro, os índios devem pedir ajuda financeira para recuperar os estragos com as prefeituras e a Defesa Civil do estado. O artesão Moisés Crespo, por exemplo, teve a casa danificada pela segunda vez só neste ano. Em abril, uma ventania derrubou uma parede. No último temporal, o granizo destruiu parte do telhado.

Pequenas plantações agrícolas, como da cultura de trigo, também foram perdidas após o temporal. A Prefeitura de Redentora afirma que vai reduzir gastos municipais para ajudar as famílias. A Funai disse que tentará conseguir telhas com o governo federal.



Boletim de Notícias - Edição nº 184/ 2013

Brasília, 10 de outubro de 2013.

Henrique Alves busca consenso sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 09.10.2013

Ontem, os deputados Ivan Valente e Alceu Moreira se desentenderam em debate sobre terras indígenas.

Luiz Cláudio Canuto, Agência Câmara

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, disse há pouco que irá se encontrar com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para buscar entendimento sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete ao Congresso as demarcações de terras indígenas estabelecidas pelo Executivo.

A discussão sobre a PEC está suspensa, mas Alves quer um entendimento sobre o assunto.

A reunião, que terá participação de representantes da Casa Civil, será realizada às 17 horas, na Advocacia-Geral da União (AGU).

Henrique Alves disse ainda que a sessão de hoje para votar os 13 destaques apresentado à MP dos Mais Médicos (621/13) será longa e com muitos embates democráticos. Já a votação da minirreforma eleitoral, segundo o presidente, deve ficar para amanhã ou para a próxima semana.

Edição – Natalia Doerderlein.